



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural
Outubro | 2017

Boletim Conjuntural

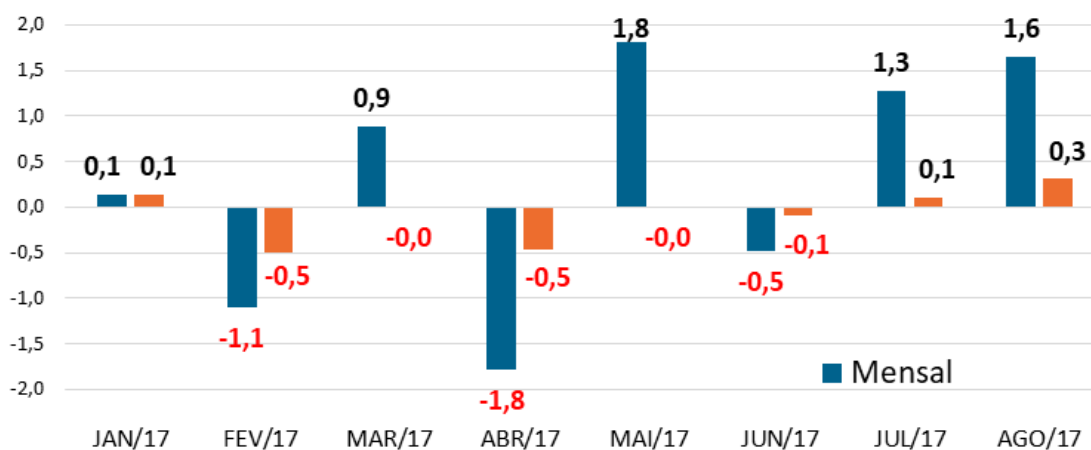
Outubro | 2017

1. CONJUNTURA NACIONAL

A economia brasileira registrou – conforme o Índice de Atividade Econômica (IBC/Br), divulgado pelo Banco Central – um crescimento de 1,6% em agosto de 2017, relativamente ao mesmo mês do ano passado. Por outro lado, também se observa, ao longo dos meses deste ano, um movimento de alternância entre crescimento e retração da atividade econômica, exceto nos dois últimos meses (julho e agosto), quando ambas as variações mensais são positivas. E o resultado acumulado do ano, janeiro a agosto (0,3%) constitui um desempenho levemente superior em relação ao registrado no mesmo período de 2016. Tal evolução está devidamente ilustrada no **Gráfico 1**.

Fortalece-se, a despeito de uma trajetória claudicante, a expectativa de que neste ano o desempenho da economia nacional deverá vir a ser superior ao resultado observado no ano de 2016. De acordo com o último Boletim Focus¹, a previsão para 2017 é de um crescimento do Produto Interno Bruto de 0,73%. Mesmo que se trate de um desempenho modesto, depois de dois anos seguidos de forte retração, permanece a expectativa de que tal movimento venha a representar o começo de uma recuperação sustentada da economia brasileira.

Gráfico 1 - Brasil: taxas de variação mensal e acumulada no ano do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), em % - janeiro/2017 a agosto/2017 (base: mesmo período do ano anterior)



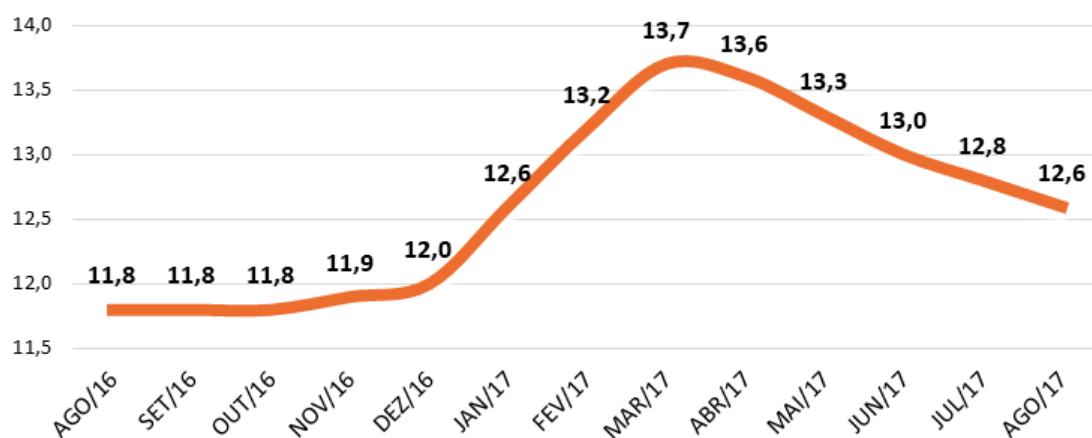
Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração Ceplan Multi.

¹Ver "Focus - Relatório de Mercado" (BCB) [3 de novembro de 2017]. Documento eletrônico disponível em PDF: <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20171103.pdf>

No que concerne ao mercado de trabalho, há indicações de melhoria em meses mais recentes, conforme dados do IBGE (PNAD Contínua). A taxa de desocupação, no trimestre junho-julho-agosto deste ano, recuou para 12,6% depois de ter atingido um pico de 13,7% no trimestre janeiro-fevereiro-março, revelando uma trajetória decrescente desde então (ver **Gráfico 2**). O contingente de desempregados se reduz de 14,2 milhões de pessoas, no primeiro trimestre do ano, para 13,1 milhões no trimestre encerrado

em agosto. Por outro lado, mesmo interpretando-se que cerca de um milhão de pessoas teriam saído da contingência de desocupação, deve-se reconhecer que se trata de um quadro de desemprego ainda preocupante. Ademais, como se sabe, o referido indicador de desemprego aberto não inclui trabalhadores em situação de desalento (sem ímpeto para continuar em busca de uma ocupação) e aqueles com ocupação precária, de baixa produtividade, com rendimento insuficiente ou mesmo eventual.

Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - agosto/2016 a agosto/2017



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Outro aspecto relevante, ainda no que se refere ao mercado de trabalho, é o fato de que o número de admissões em postos formais de trabalho tem superado o de demissões, desde abril deste ano, o que se traduz em saldo positivo no resultado acumulado do ano, embora ainda obviamente insatisfatório, considerado o volume de desemprego – ver **Tabela 1**. Como se observa, no período de janeiro a setembro deste ano, o saldo chegou a 208.874 empregos – nesse mesmo período de 2016 o saldo era negativo, envolvendo 651.652 postos de trabalho, contraste que dá maior expressividade ao resultado de agora (não é demais lembrar que a economia está em rota de saída da mais profunda recessão já

experimentada na era de consolidação industrial, inaugurada a partir de 1930).

O saldo positivo – em termos setoriais, observado neste ano – foi mais expressivo em serviços (115.070), seguido por agropecuária (107.410) e indústria de transformação (81.524). Na direção contrária, o comércio mantém liderança com um saldo negativo de 82.103 empregos. São informações que reforçam indicações de uma melhoria no mercado de trabalho, mas que também registram um saldo positivo ainda pouco expressivo, e em um ambiente de desemprego ainda bastante elevado.

**Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal
Jan-Set/2016, Set/2017 e Jan-Set/2017**

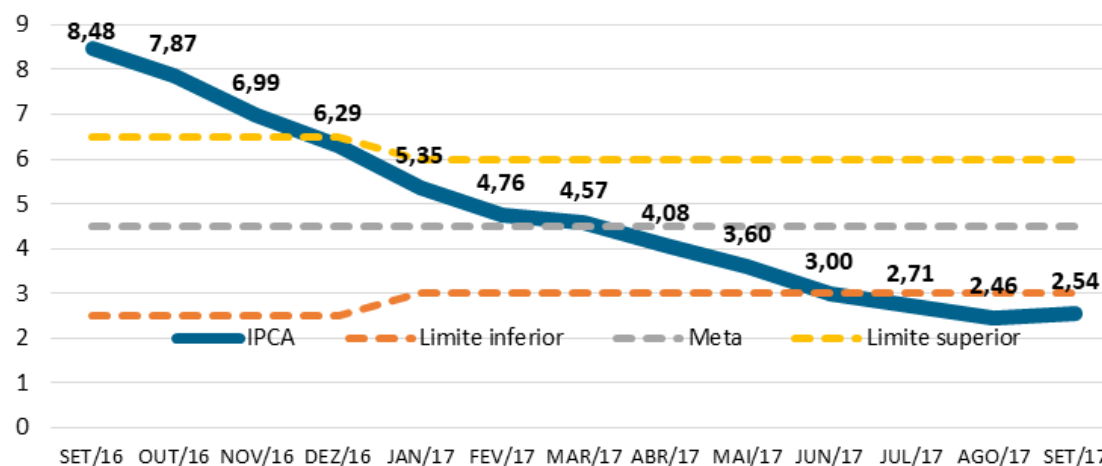
SUBSETOR	JAN/16-SET/16	SET/17	JAN/17-SET/17
Agropecuária	75.435	-8.372	107.410
Indústria Extrativa	-6.267	-133	-1.907
Indústria de Transformação	-133.682	25.684	81.524
Têxtil	-3.612	2.345	26.847
Madeira e Móveis	-15.676	2.325	3.351
Química	6.497	3.914	23.144
Alimentos e Bebidas	-3.180	16.982	18.887
Outras Indústrias	-177.111	118	9.295
SIUP	-6.206	-1.246	-1.241
Construção	-189.330	380	-28.107
Comércio	-253.793	15.040	-82.103
Serviços	-156.635	3.743	115.070
Profissionais, técnicos e adm.	-114.380	2.050	31.809
Saúde	42.113	2.019	46.393
Educação	56.385	4.779	67.595
Outros Serviços	-140.753	-5.105	-30.727
Administração Pública	18.826	-704	18.229
Total	-651.652	34.393	208.874

Fonte: Caged/MTE. Elaboração Ceplan Multi. (*) Saldo ajustado, considerando as informações fora do prazo de janeiro/2014 a agosto/2017.

Quando se trata de inflação, é percebida a evidência de preços sob controle, pré-requisito essencial para se alimentar uma trajetória de crescimento econômico sustentado. A Inflação praticamente mantém a tendência de queda observada desde agosto de 2016, como ilustrado no **Gráfico 3**. O último dado da série, referente a setembro de 2017, revela uma inflação (de 12

meses) de 2,54%, apenas um pouco superior ao valor observado no mês anterior, todavia mantendo-se abaixo do limite inferior da meta do Banco Central. Tal evolução exerce influência positiva sobre o investimento, sendo fator essencial para retomada consistente de um padrão de crescimento sustentado.

Gráfico 3 - Brasil: inflação (IPCA) em 12 meses, em % - janeiro/2016 a agosto/2017

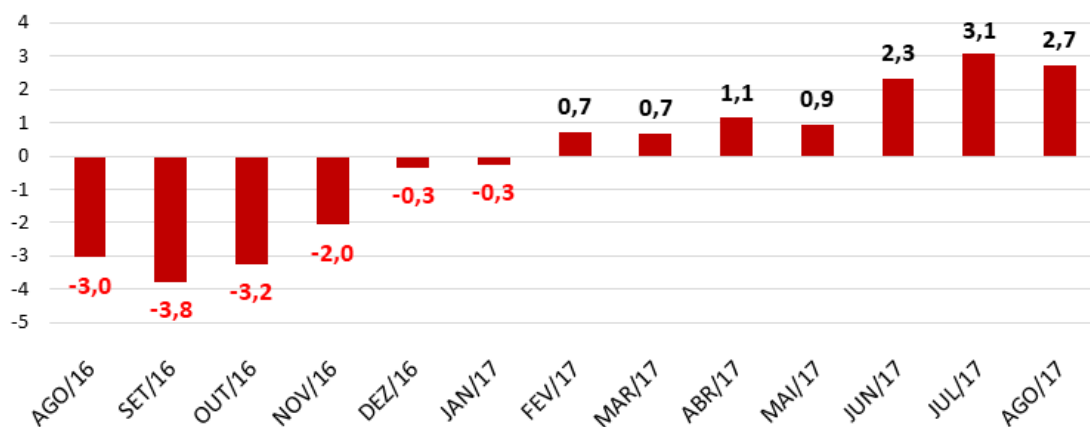


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Portanto inflação baixa e controlada e uma situação do mercado de trabalho apresentando, embora de forma modesta, uma reação positiva, contribuem para que se registre uma variação positiva da massa real de salário, o que se traduz em aumento da capacidade de consumo das famílias. A respeito desse aspecto, percebe-se

– via exame das informações plotadas no **Gráfico 4** – que a massa real de salários cresce desde fevereiro de 2017, fato que, acoplado à liberação de saldos inativos das contas do FGTS, explica, em boa parte, a recente reação positiva das vendas no varejo.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - julho/2016 a julho/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



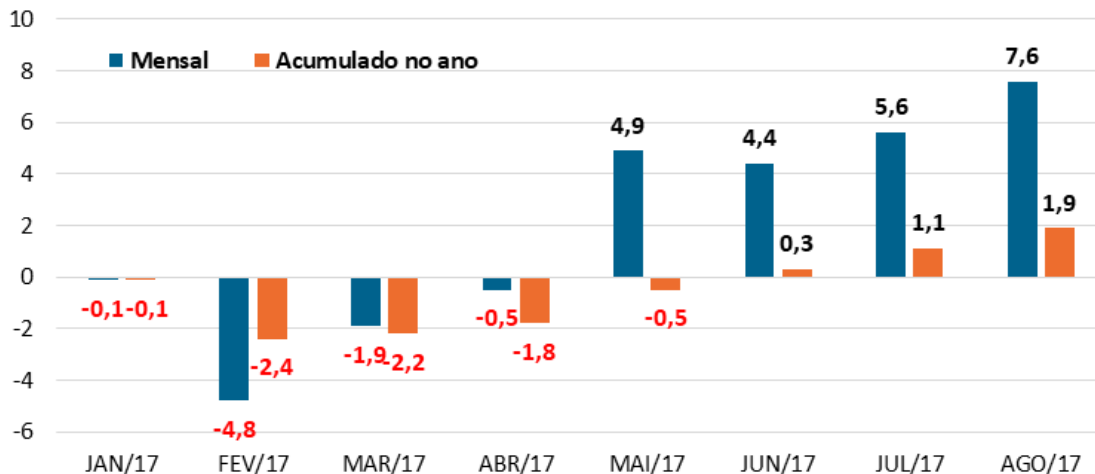
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi. Nota: Utiliza a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho. A média calculada considera o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente utilizando-se o deflator (IPCA) do mês intermediário.

Cresce o volume mensal de vendas do varejo

O comércio varejista ampliado – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o varejo propriamente dito – apresenta, no Brasil, variações mensais positivas desde maio deste ano – **Gráfico 5**. O crescimento mensal, no último mês pesquisado (agosto), foi de 7,6%

– comparativamente ao volume de vendas no mesmo mês de 2016. Da mesma forma, quando se observa o desempenho do volume das vendas do comércio varejista ampliado, conforme o índice acumulado do ano (janeiro a agosto), em relação ao mesmo período do ano passado, também se nota uma trajetória de crescimento nos primeiros meses do segundo semestre: 0,3% em junho; 1,1% em julho e 1,9% em agosto.

Gráfico 5 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista Ampliado, em % janeiro/2017 a agosto/2017 (base: mesmo período no ano anterior)

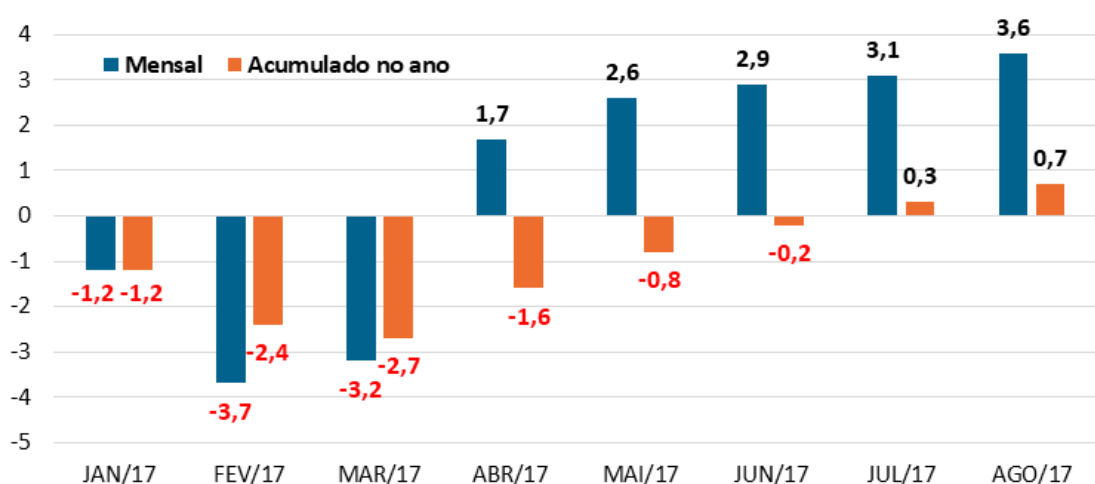


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Quando se trata do varejo restrito, cujo desempenho é assinalado no **Gráfico 6**, é observado que a variação do volume das vendas é positiva desde abril do corrente ano. E são variações crescentes. No resultado acumulado do ano (janeiro a agosto), o desempenho do varejo também é positivo (0,7%), mesmo mantendo um patamar de variação positiva abaixo do

observado para o varejo ampliado – o resultado deste último sendo influenciado pelo bom desempenho do segmento de veículos. Portanto são informações que, no geral, sugerem que em 2017 o volume de vendas do comércio varejista brasileiro deverá vir a ser maior do que o observado no ano anterior.

Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista, em % janeiro/2017 a agosto/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



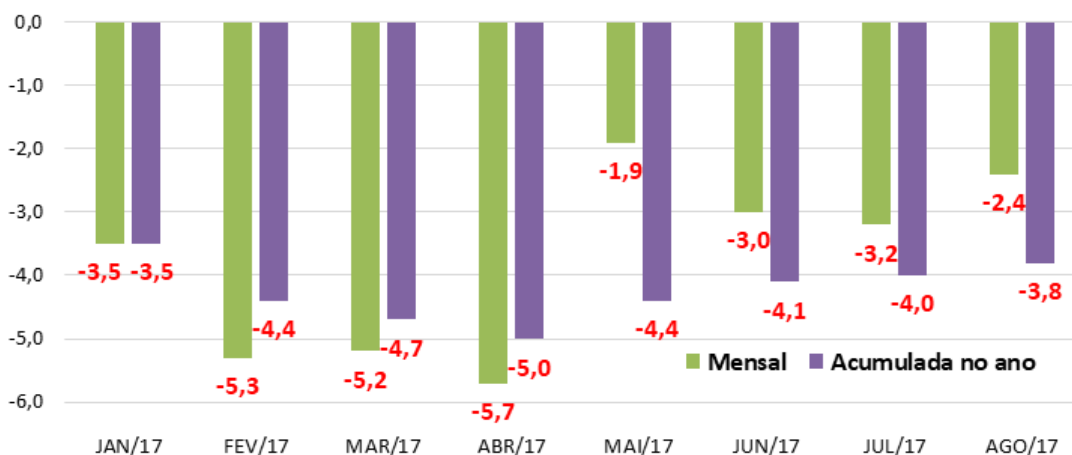
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Modesta redução do ritmo de queda do volume de serviços em 2017

Falta ao segmento de serviços uma evolução que venha a cancelar uma mais expressiva retomada do crescimento da economia brasileira, conferindo-lhe um status de recuperação consistente e generalizada. De fato, o resultado acumulado do ano (janeiro a agosto) continua fortemente negativo, embora com variações um pouco menos intensas, desde abril (Gráfico 7). Quando se considera o volume mensal de negócios, o desempenho do segmento de prestação

de serviços também é negativo e sem uma trajetória definida. No último mês pesquisado (agosto), a queda observada foi de 2,4%, depois de ter decrescido 1,9% em maio; 3,0% em junho; e 3,2% em julho. Evidente, portanto, que os dados sobre o desempenho do setor de prestação de serviços, ao contrário do observado para o comércio varejista, continuam retratando um quadro desfavorável e não permitem que sejam alimentadas expectativas de que esse segmento tenha neste ano um desempenho superior ao do ano passado.

Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % janeiro/2017 a agosto/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



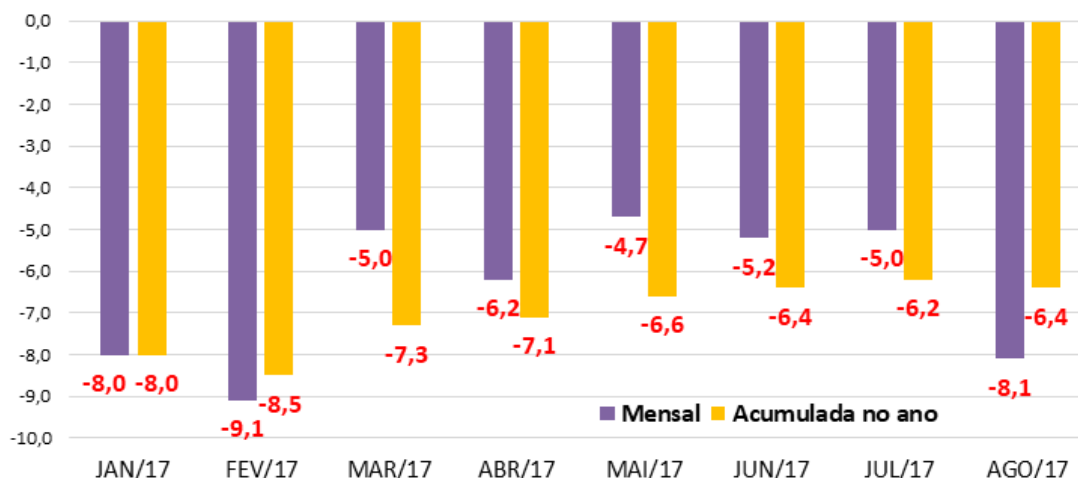
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Declínio do volume de atividades turísticas continua forte

O conjunto de atividades vinculadas ao turismo apresenta, no âmbito do setor de prestação de serviços, variações negativas – em 2107 – ainda mais intensas do que as registradas para o setor de serviços como um todo, conforme os indicadores, mensal e acumulado, nos termos do usual procedimento de comparação com correspondentes períodos de 2016 – Gráfico 8. O indicador acumulado, que revelava trajetória negativa, mas levemente declinante a partir de março, volta a registrar em agosto um declínio

(-6,4%) superior ao do mês anterior (-6,2%). Por sua vez, o indicador mensal revela um aumento expressivo de intensidade da queda, saindo de uma variação de -5,0% em julho para -8,1% em agosto. Logo, não são dados animadores para esse importante segmento da economia brasileira. A situação administrativa caótica do Rio de Janeiro, combinada com o ambiente de violência que ocorre naquela cidade – a mais importante do país em termos turísticos – deve ser relevante parte da explicação de comportamento tão adverso do segmento de turismo do país.

Gráfico 8 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % janeiro/2017 a agosto/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)



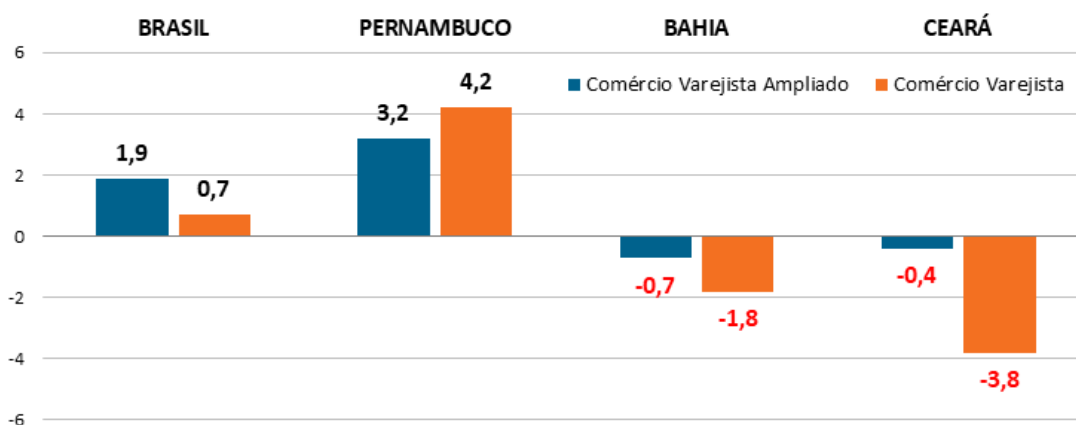
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM AGOSTO DE 2017: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

O volume de vendas do varejo – tanto o ampliado quanto o restrito – vem apresentando, em Pernambuco, crescimento positivo diferenciado em 2017, em contraponto aos demais territórios considerados neste Boletim. De fato, no caso do varejo ampliado, o volume de vendas no resultado acumulado do ano (janeiro a agosto) – comparativamente ao de igual período de 2016 – cresce 3,2% e no varejo restrito 4,2%, como representado no **Gráfico 9**. Por esse mesmo tipo de cotejo, o desempenho do varejo cearense é negativo, tanto no ampliado (-0,4%) quanto no restrito (-3,8%). E o baiano também recua (-0,7% no ampliado e -1,8% no restrito). Considerado o país como um todo, os crescimentos são positivos (1,9% no varejo ampliado e 0,7% no varejo restrito), porém abaixo do mencionado crescimento de Pernambuco.

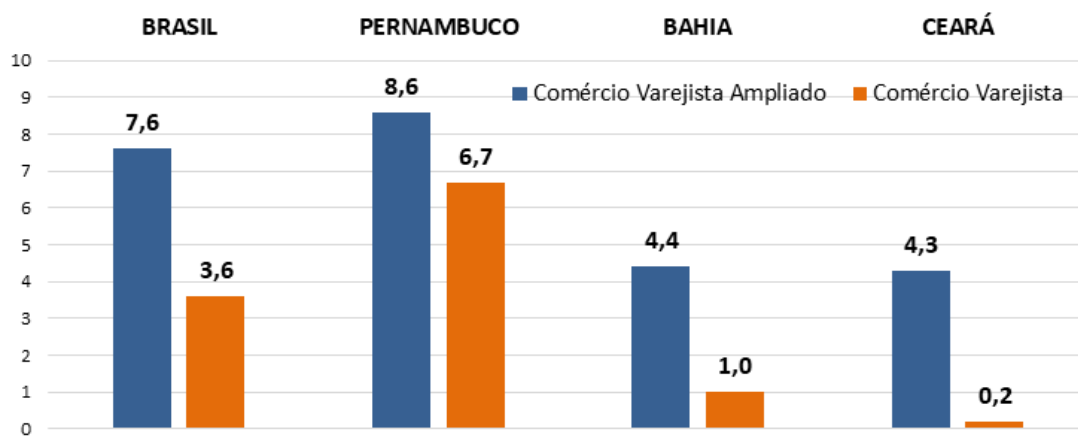
Pernambuco também lidera, no que se refere ao último resultado mensal (agosto de 2017), o crescimento do volume de vendas, com uma variação positiva de 8,6% no varejo ampliado e de 6,7% no varejo restrito. Os demais resultados são, respectivamente, para o varejo ampliado e o restrito: 7,6% e 3,6% para o país como um todo; 4,3% e 0,2% para o Ceará; e 4,4% e 1,0% para a Bahia. Como se vê, todos os resultados são positivos; contudo, Pernambuco se diferencia dos demais territórios, especialmente no que se refere ao desempenho do varejo restrito, conforme o **Gráfico 10**.

Gráfico 9 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano do volume de vendas no Varejo, em % - janeiro-agosto/2017 (base: janeiro-agosto/2016)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Gráfico 10 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal do volume de vendas no Varejo, em % - agosto/2017 (base: agosto/2016)

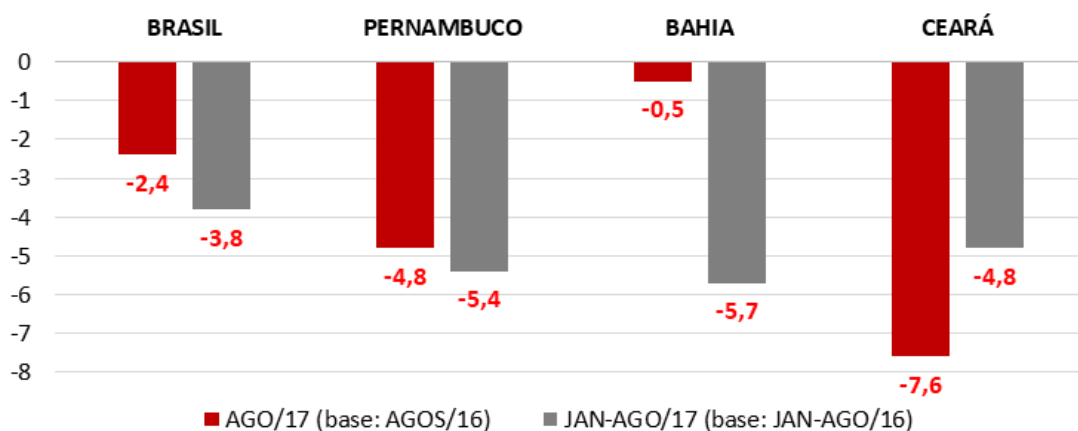


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Situação oposta ocorre em relação ao desempenho do setor de prestação de serviços, que continua apresentando fortes variações negativas, apesar da melhoria de alguns indicadores econômicos, como assinalado. Conforme ilustrado no Gráfico 11, o volume de prestação de serviços em Pernambuco, Bahia e Ceará se retrai, tanto no confronto de agosto de 2017 com agosto de 2016, quanto no resultado acumulado (janeiro-agosto de 2017, tendo-se por base o

mesmo período do ano anterior). Isso significa que todos os resultados são negativos – tanto o mensal quanto o acumulado. Ademais, diferente do que se apontou para o comércio varejista, o desempenho mensal e o acumulado no ano, do segmento de prestação de serviços em Pernambuco (-4,8% e -5,4%, respectivamente), registram variações negativas mais fortes do que a média nacional (-2,4% e -3,8%).

Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal (agosto/2017) e variação acumulada no ano (janeiro-agosto/2017) do volume de Serviços, em %

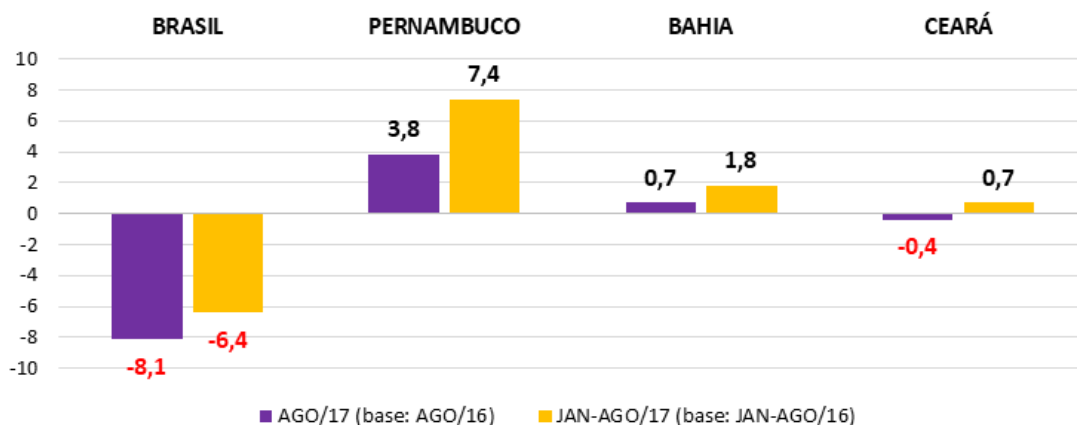


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

O desempenho do importante segmento de serviços de turismo também é particularizado nos Boletins mensais da Fecomércio – conforme **Gráfico 12**. De forma habitual, são apresentados o índice mensal do volume das atividades turísticas (agosto de 2017 confrontado com agosto de 2016) e o índice acumulado do ano (janeiro a agosto). Em ambos os casos, o desempenho do turismo em Pernambuco é positivo e também bastante diferenciado, em relação ao país como um todo e aos estados do Ceará e da Bahia. Com efeito, o volume de serviços de turismo cresce

em Pernambuco 3,8% em agosto e 7,4% no acumulado do ano (janeiro a agosto). Isso ocorre em um cenário em que o país ainda apresenta fortes quedas nesse importante segmento econômico: em agosto (-8,1%) e no resultado acumulado do ano (-6,4%). Os resultados para a Bahia são levemente positivos e o Ceará apresenta variação mensal negativa (-0,4%) e desempenho acumulado positivo (0,7%). Portanto no segmento de turismo o estado pernambucano também tem um desempenho melhor do que o dos demais territórios contemplados na análise.

Gráfico 12 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - julho/2017 e janeiro-julho/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)



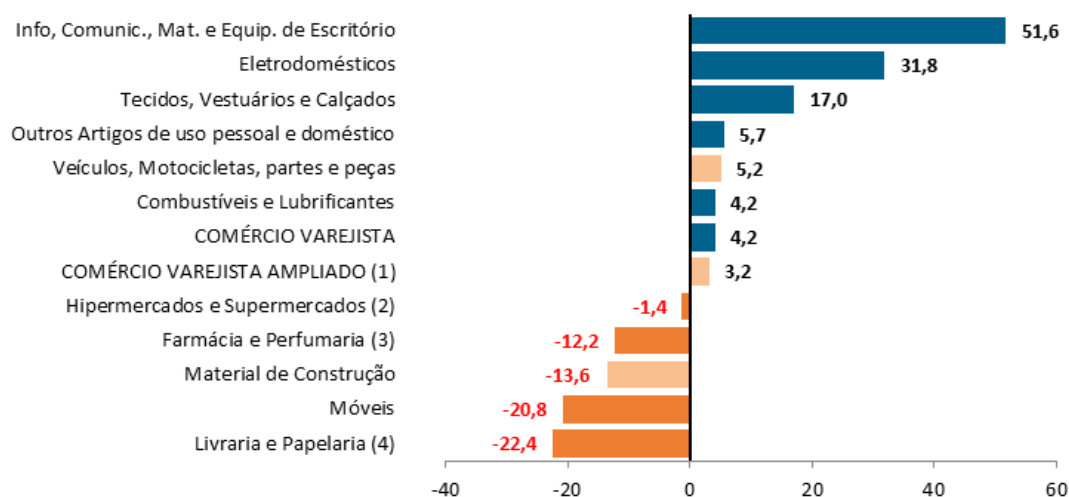
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

3. SEGMENTOS DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM PERNAMBUCO

Mantém-se, nesta seção, procedimento usual adotado nas edições do Boletim Fecomércio-PE: é incorporado um detalhamento da composição do comércio e dos serviços por grupos de atividade. Por essa razão, é conveniente que mais uma vez seja feita referência ao caráter dual da abordagem do varejo. Primeiro, composição – conforme as atividades específicas – do **comércio varejista na acepção tradicional** e mais conhecida: combustíveis e lubrificantes; hipermercados e supermercados; tecidos, vestuários e calçados; móveis; eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais, revistas

e papelarias; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico. Acrescentando-se a tal conjunto as atividades concernentes a veículos, motocicletas, partes e peças, além de material de construção, é revelado o agregado **comércio varejista ampliado**. São assim sistematizadas no **Gráfico 13** informações sobre o acumulado do volume de vendas (janeiro a agosto), no ano de 2017, referentes a cada um dos grupos de atividades dos segmentos do varejo e do varejo ampliado, comparativamente ao mesmo período de 2016.

Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Varejo, em % - janeiro-agosto/2017 (base: janeiro-agosto/2016)

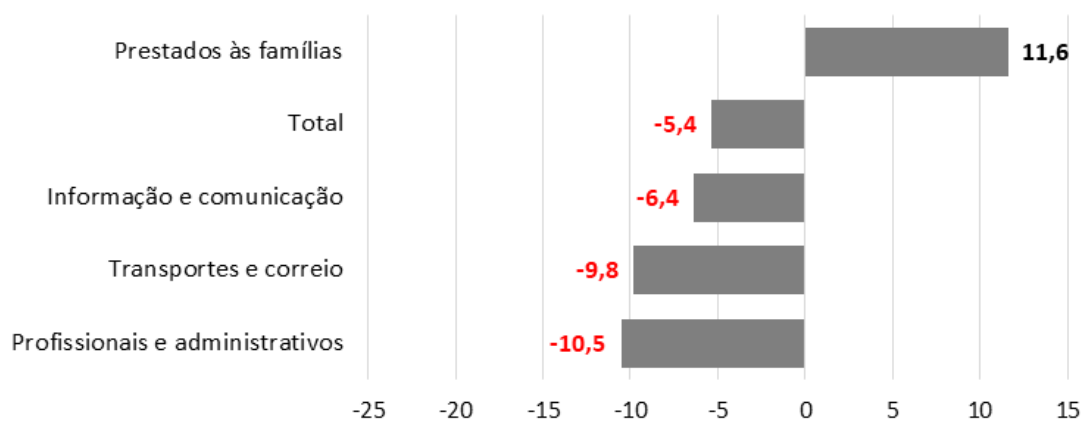


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi. (1) Inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo; (2) Inclui produtos alimentícios, bebidas e fumo; (3) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumarias e cosméticos; (4) Corresponde a livros, jornais, revistas e papelaria.

Observe-se que dos onze segmentos que compõem o comércio varejista, seis continuam registrando variações positivas, enquanto os cinco restantes revelam variações negativas no resultado acumulado do ano de 2017. Ressalte-se que os resultados agregados são positivos: 4,2% no varejo restrito e 3,2% no ampliado. Trata-se de indicadores que praticamente consolidam a expectativa de que o varejo pernambucano venha a terminar o ano de 2017 com um desempenho significativamente superior ao observado em 2016.

Finalmente, em relação aos segmentos de prestação de serviços (**Gráfico 14**), mantém-se – no resultado acumulado do ano – retração quase generalizada, com exceção do segmento de ‘serviços prestados às famílias’, com uma variação positiva de 11,6%; os demais segmentos de serviços apresentam variações negativas, com destaque para os ‘serviços profissionais e administrativos’ e os serviços de transporte e correio.

Gráfico 14 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços, segundo as Atividade, em % - janeiro-agosto/2017 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

A economia brasileira prossegue, em período recente, revelando sinais de recuperação. Não se trata, ainda, de retomada satisfatória e sustentável, mas já se pode afirmar que o ano de 2017 se aproxima do encerramento com uma situação econômica melhor do que a observada no ano anterior. O caminho da recuperação está sendo lentamente trilhado. Já se conta como praticamente certo que o PIB, nos meses finais deste ano, permanecerá apresentando variações positivas. Estimativas do próprio governo apontam nessa direção, projetando-se, como já referido neste Boletim, um crescimento do PIB de algo como 0,73% em 2017 – apesar de inferior a um por cento, trata-se de um alentador número, quando confrontado com os referentes a 2015 (-3,8%) e 2016 (-3,6%).

O mercado de trabalho – diante de indicadores de paulatina redução da desocupação da força de trabalho (IBGE) e de formação de saldos positivos de geração de empregos formais, como registrado neste Boletim – também revela recuperação. Trata-se de instância econômica de grande importância em termos de redução do custo social gerado pela crise que, enfim, parece ter encontrado uma saída. No entanto, a recuperação do mercado de trabalho, no presente estágio, ainda se dá com significativa participação de ocupações informais – alternativa utilizada inclusive por trabalhadores que não conseguem retornar ao posto de trabalho formal anterior à crise. Uma das facetas dessa alternativa à tragédia da desocupação é o engajamento em trabalho autônomo, o que concerne a trabalhadores dos mais variados estratos sociais, mas sobretudo entre os mais vulneráveis que se situam fora da rede de proteção social. Tal contingência é um dos preços cobrados por uma severa recessão, cujo ineditismo, em termos de profundidade e extensão temporal, já foi assinalado neste e em relatórios anteriores. Sabe-se que, em casos de maior dotação de recursos oriundos de poupança e de verbas rescisórias, o trabalhador logra estabelecer um

microempreendimento de sucesso, mas isso é algo alcançável apenas por grupo minoritário.

Um aspecto que caracteriza o presente contexto é o fato de a ideia de descolamento entre as esferas da economia e da crise política parecer agora mais factível do que no primeiro semestre deste ano (embora não se deva subestimar o potencial da política para gerar novas situações de embaraço da economia). Uma das razões para isso é consolidação da tendência de queda da inflação e o confortável patamar de cerca de 3,0%, que se desenha para o crescimento dos preços em 2017. A decorrente redução consistente da taxa básica de juros da economia é outro importante elemento, agora esperando-se que seja reduzida a 7,0% até o final do ano, estabelecendo-se assim a menor marca desde o início da era do Real. Uma correspondente redução do crescimento dos encargos da dívida pública é outro fator de alento para o segmento empresarial e para o próprio Governo, desde que este não persista ou seja vítima de ações que possam levar a adiamento de reformas constitucionais e para decisões que resultem em aumento do déficit público, entre outros descaminhos. Nesse terreno, boa governança é elemento básico e imprescindível.

A significativa e consistente redução da inflação (de quase 11% em 2015 para as atuais cercanias de 3,0%), por outro lado, propicia crescimento da renda real do trabalhador, o que responde por parte da variação positiva do PIB, via consumo das famílias, que vem sendo observada.

Todavia a recuperação que se vislumbra seria – a esta altura – mais sólida se reformas estruturais como a da previdência social e a reforma tributária enfrentassem trajetórias políticas menos acidentadas e se o governo atual tivesse maior credibilidade entre os agentes econômicos e a própria população.

O déficit fiscal do setor público permanece elevado e tende a ser mais desafiador diante da dificuldade do governo de controlar os gastos públicos, mesmo depois da recente revisão, para cima, das metas de déficit fiscal (159 bilhões de reais em 2017 e igual valor em 2018). Por outro lado, mesmo que algumas unidades da federação venham escapando do agravamento da crise fiscal, permanecem graves problemas com as contas públicas em relação a estados e municípios.

Além disso, avizinha - se o ano eleitoral de 2018, e tal contingência tende a impor maiores restrições a iniciativas de reformas estruturais, que em geral trazem, no plano imediato, custos para diversos setores da economia e para a população. A crise fiscal do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais exigirá medidas duras as quais demandarão tempo e disposição política. Os benefícios, a serem possivelmente auferidos em médio e longo prazos, repousam na hipótese otimista de que o ambiente econômico - seguindo-se ao político - não apresente novos retrocessos. Todavia a cautela ainda existente, tanto no meio empresarial quanto entre consumidores, é perfeitamente compreensível.

Espera-se, no entanto, recuperação mais rápida e mais sólida, permitindo a atração de capitais para projetos de infraestrutura; alternativa que teria impacto mais forte e imediato na redução do desemprego e na retomada da economia, especialmente nos segmentos que se vinculam diretamente ao mercado consumidor, entre os quais o comércio varejista e o da prestação de serviços.

O mais importante, no momento imediato, é a perspectiva de superação da crise. Reitere-se: trata-se de crise com ineditismo na natureza e na extensão, sem precedente na história da economia brasileira, desde que - em 1930 - passou a ter o desenvolvimento industrial como foco. A crise que o país apenas começa a superar se dá em uma economia fortemente terciária-industrial, com um moderno agronegócio e um setor terciário avançado. A perda de valor econômico, em um aparelho produtivo como o atual, é imensa e leva a enorme prejuízo social, do qual o elevado desemprego é a face mais visível, mas infelizmente não reveladora de todo o dano realizado.

Ademais, enfrenta-se uma crise com componentes éticos dramáticos, em um país que urgentemente necessita modernizar instituições políticas e econômicas, algumas via mudanças constitucionais. Esses desafios se colocam às vésperas de uma eleição (presidencial e legislativa) em um país que passa por depuração de uma governança marcada por patrimonialismo e extensivas práticas de corrupção nos negócios e na relação entre governo e iniciativa privada. É em tal contexto que vêm despontando novas oportunidades e iniciativas de segmentos da população em busca de criação de alternativas de oportunidades para empreender; o que se observa em todos os setores da economia, mas particularmente nos segmentos de comércio e serviços. Trata-se de uma via que, devidamente apoiada por mecanismos institucionais e políticas específicas, pode - em curto e médio prazos - significar a emergência de empreendedores cujas práticas conduzirão à criação e formalização de novos postos de trabalho.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índice de Atividade Econômica – Brasil (IBC-Br)**. Agosto/2017.

Pesquisa Mensal do Comércio. Agosto/2017.

Pesquisa Mensal dos Serviços. Agosto/2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Setembro/2017.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Setembro/2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Setembro/2017

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brena Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer: Nilo Monteiro
Revisão de Texto: Glauce Dias

EXPEDIENTE - CEPLAN-PE

Jorge Jatobá
Tania Bacelar
Osmil Galindo
Roberto Alves
Ademilson Saraiva

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

